

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
BACHARELADO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF

PATRÍCIA FELIX DA SILVA REIS

**DESAFIOS DO ENSINO BÁSICO FRENTE ÀS DINÂMICAS EDUCACIONAIS DO
CONTEXTO PANDÊMICO**

Niterói

2021

PATRÍCIA FELIX DA SILVA REIS

**DESAFIOS DO ENSINO BÁSICO FRENTE ÀS DINÂMICAS EDUCACIONAIS DO
CONTEXTO PANDÊMICO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Bacharelado em
Sociologia da Universidade Federal
Fluminense, como requisito para conclusão
do curso.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Raquel Guilherme de Lima

Niterói

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R375d Reis, Patricia Felix da Silva
DESAFIOS DO ENSINO BÁSICO FRENTE ÀS DINÂMICAS EDUCACIONAIS
DO CONTEXTO PÂNDEMICO / Patricia Felix da Silva Reis ; Raquel
Guilherme de Lima, orientadora. Niterói, 2021.
29 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia)-
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia, Niterói, 2021.

1. Sociologia. 2. Desigualdade Educacional. 3. Ensino
Remoto. 4. Produção intelectual. I. Lima, Raquel Guilherme
de, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD -

PATRÍCIA FELIX DA SILVA REIS

**DESAFIOS DO ENSINO BÁSICO FRENTE ÀS DINÂMICAS EDUCACIONAIS
DO CONTEXTO PANDÊMICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para conclusão do curso.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Raquel Guilherme de Lima - UFF
Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Carolina Zuccarelli Soares - UFF

Prof. Dr. Lucas Correia Carvalho - UFF

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis raça e recebeu atividade escolar de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos. ----- 18
- Tabela 2** – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis sexo e recebeu atividade escolar de crianças e pré-adolescente de 6 a 14 anos. ----- 19
- Tabela 3** – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis recebeu auxílio e recebeu atividade escolar de crianças e pré-adolescente de 6 a 14 anos. ----- 20
- Tabela 4** – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis raça e horas dedicadas às atividades escolares de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos. ----- 21
- Tabela 5** – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis sexo e horas dedicadas às atividades escolares de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos. ----- 22
- Tabela 6** – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis recebeu auxílio e horas dedicadas às atividades escolares de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos - 23

RESUMO

O sistema educacional brasileiro enfrenta grandes desafios durante a pandemia do novo Coronavírus. A suspensão de aulas presenciais e implementação do ensino remoto/híbrido trouxe prejuízo ao aprendizado e impactou a vida de muitos alunos, principalmente crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Neste artigo é investigado quais os impactos ocasionados pelo advento da pandemia de Covid-19 no âmbito educacional, com foco no ensino básico, e como as características socioeconômicas de alunos de 06-14 anos influenciam na realização de atividades remotas. A presente pesquisa apresenta uma abordagem quantitativa feita pela coleta de dados através da base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD-Covid 19, disponibilizada pelo IBGE para mensurar os impactos causados pela pandemia no mercado de trabalho. Pode-se concluir que os resultados aqui obtidos evidenciam que a pandemia reforçou que a desigualdade social influencia na realização de atividades remotas e na progressão educacional de alunos e, ainda, atentam para a necessidade de investimento público no setor educacional a fim de mitigar os prejuízos que são e serão sentidos a longo prazo por crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: sociologia; ensino remoto; educação básica; pandemia; escolaridade.

ABSTRACT

The Brazilian education system faces major challenges during a new Coronavirus pandemic. The suspension of on-site classes and the implementation of remote/hybrid education brought harm to learning and impacted the lives of many students, especially children and young people in a situation of socioeconomic vulnerability. This article investigates the impacts caused by the advent of the Covid-19 pandemic in the educational sphere, with a focus on basic education, and how the socioeconomic characteristics of 06-14 years old students influence the performance of remote activities. This research presents a quantitative approach made by collecting data through the National Household Sample Survey – PNAD-Covid 19, made available by IBGE to measure the impacts caused by the pandemic in labor market. It can be observed that the results obtained here show that the pandemic reinforced that social inequality influences the performance of remote activities and the educational progression of students, and also pays attention to the need for public investment in the educational sector in order to mitigate the losses that are and will be felt in the long term by children and young people in situations of vulnerability.

Keywords: sociology; remote teaching; basic education; pandemic; schooling.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
DISCUSSÃO	8
O SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL PANDÊMICO: AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES?	8
INAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	9
AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES E DEBATE COM A LITERATURA SOCIOLÓGICA	11
MÉTODOS E DADOS	17
RESULTADOS	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros meses da pandemia da COVID-19, governos de toda parte do mundo implementaram diversas medidas restritivas de circulação de pessoas com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus e, assim, evitar o colapso do sistema de saúde. O distanciamento social foi uma das medidas adotadas mais importantes para impedir o aumento da curva de contágio.

O novo coronavírus representa uma ameaça real para a população, especialmente para a mais vulnerável tanto em termos de condições de saúde quanto em falta de acesso à serviços essenciais como educação, moradia, trabalho etc. Todas as medidas de restrição adotadas pelos governos, apesar de necessárias, produzem impactos sociais e econômicos que acentuam ainda mais as desigualdades existentes.

No sistema educacional brasileiro, a suspensão de aulas presenciais e implementação do ensino remoto afetou o calendário escolar, trouxe prejuízo ao aprendizado e impactou profundamente a vida de muitos alunos, principalmente os jovens e crianças em situação de vulnerabilidade. Este cenário tende a ampliar a grande desigualdade educacional e social existente no Brasil, além de causar incerteza sobre o futuro dos estudantes. Notícias recentes indicaram, por exemplo, a queda expressiva de inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de estudantes pobres, pretos, pardos e indígenas¹.

Estima-se que, ao fim do ano letivo em novembro de 2020, 5.075.294 crianças e jovens com idades entre 6 e 17 anos não frequentavam a escola ou não receberam atividades remotas, o que aumentou a dificuldade de se manter o vínculo com os estudos, como demonstrou o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2021).

Diante do cenário sombrio que se encontra o sistema educacional brasileiro, o presente artigo tem como objetivo analisar dados coletados por meio da utilização do software RStudio junto à discussão bibliográfica sobre os impactos causados pela pandemia no âmbito educacional. Objetiva, também, examinar as possíveis políticas educacionais para mitigação dos prejuízos, que sejam adequadas ao cenário atual de

¹ Notícias acessadas em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/08/16/enem-2021-tem-queda-de-77percent-em-inscritos-que-dependem-de-isencao-de-taxa.ghtml> e <https://br.noticias.yahoo.com/enem-2021-tem-queda-na-inscricao-de-candidatos-pretos-pardos-e-indigenas-162801028.html>

pandemia e sensíveis às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Além disso, busca principalmente responder como as características socioeconômicas de crianças e jovens afetam a realização das atividades escolares nos novos formatos de ensino remoto e híbrido.

Nas seções a seguir, serão discutidas as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional no atual cenário, as medidas tomadas pelas autoridades responsáveis no enfrentamento das consequências causadas pela pandemia e o agravamento das desigualdades educacionais nesse contexto em diálogo com as literaturas sociológicas. Em seguida, também será apresentada a estratégia metodológica e a análise de dados. O artigo conta ainda com esta introdução e uma seção de considerações finais.

DISCUSSÃO

O SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL PANDÊMICO: AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES?

Falta de acessibilidade digital e rede, diferenças sociais e regionais, qualidade de ensino, evasão escolar, são alguns dos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro antes da pandemia e agravados com a crise da COVID-19.

O sistema educacional brasileiro vem enfrentando dificuldades relacionadas à implementação do ensino emergencial remoto desde o início da pandemia do novo Coronavírus, em 2020, quando instituições de ensino foram fechadas por conta da crise sanitária. Dentre essas dificuldades estão a utilização de recursos tecnológicos, ausência de infraestrutura domiciliar favorável à aprendizagem, dificuldade no acesso à internet e plataformas de ensino tanto por parte dos professores quanto, principalmente, por parte dos alunos, entre outros impasses. Esse cenário pandêmico deu transparência e agravou alguns problemas graves já existentes no âmbito educacional, como a exclusão escolar e a desigualdade social, pois, apesar das medidas emergenciais remotas propostas, há limitações e acesso desigual às tecnologias no Brasil.

De acordo com o relatório da UNICEF (2021), dados levantados com base em uma estimativa feita pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD Covid-19), divulgada em novembro de 2020, apontaram para um cenário no qual 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos ou estavam fora da escola ou estavam na escola, mas não receberam nenhum tipo de atividade escolar na semana anterior à entrevista, esse número

corresponde à 13,9% da parcela de crianças e jovens no Brasil. A faixa etária mais afetada pela exclusão escolar é a de crianças entre 6 e 10 anos de idade. Esses números evidenciam o agravamento causado pela pandemia no sistema educacional brasileiro e a urgência de se intervir com medidas de enfrentamento que sejam suficientes para alterar o atual cenário de exclusão e combater a evasão escolar.

O ensino presencial na educação básica é fundamental pois se trata de um processo de sociabilização extremamente necessário. A troca entre alunos, alunos e professores, o aprendizado presencial e as discussões em conjunto auxiliam no desenvolvimento de uma série de competências e habilidades ao longo da trajetória escolar. Características que limitam a eficiência do ensino remoto para a formação integral dos alunos, embora sua adoção seja indiscutível em cenários de descontrole epidemiológico.

Segundo o site do Projeto Educação e Coronavírus (2021)², que disponibiliza a situação da pandemia do novo Coronavírus no âmbito da educação básica a partir do levantamento de respostas de órgãos federais e estaduais brasileiros, atualmente, a situação das aulas nas redes municipal e estadual de todo Brasil se divide em maior parte entre a implementação do ensino híbrido e a manutenção do ensino totalmente remoto. Diferentemente do que se observa nas redes de ensino privado que, quase majoritariamente, aderiram ao formato de ensino híbrido, com exceção do estado do Amapá, ainda que crianças e adolescentes não estejam incluídos, no momento, nos calendários de vacinação dos estados federativos.

Redes públicas e privadas estão adotando o formato de ensino semipresencial de forma gradual depois de um ano de escolas fechadas. Essa transição, assim como no ensino puramente remoto, traz grandes desafios para o processo de ensino-aprendizagem.

INAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2021) mostrou que o Brasil manteve as escolas fechadas por 40 semanas durante a pandemia, um dos períodos mais longos. O levantamento aponta, ainda, que antes do período pandêmico apenas 1 em cada 5 países se comprometeu com a equidade educacional por meio de novos aportes de recursos, e atenta para a diminuição de auxílio à educação em 12% por conta da pandemia.

² Notícia acessada em: <https://educacaoecoronavirus.com.br/>.

De acordo com o comunicado da ONG *Human Rights Watch* e do Todos pela Educação (2021) o governo brasileiro fracassou na resposta ao enfrentamento dos impactos causados pela pandemia da COVID-19 na educação de crianças e adolescentes. A educação no país, mais de um ano depois do início da pandemia, ainda sofre com a falta de infraestrutura para o aprendizado dos alunos tanto em casa quanto nas escolas.

O Ministério da Educação, segundo as organizações, deixou de investir na educação básica em 2020 cerca de 16 bilhões de reais previstos no orçamento, pagando apenas 32,5 bilhões, apurado pelo Todos pela Educação como o menor orçamento nos últimos 10 anos. Houve, também, uma redução nas verbas do programa de Inovação Educação Conectada, cujo objetivo é universalizar o acesso à internet de qualidade e alta velocidade para o ensino básico (*Human Rights Watch*, 2021). Esse conjunto de ações vão na direção contrária do desejável considerando, principalmente, um contexto pandêmico no qual deveria haver um grande fortalecimento da educação básica, investimento para a adaptação de alunos e professores ao novo cenário e inclusão digital.

Em 2021, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou um projeto de lei aprovado pela Câmara em dezembro de 2020 que previa o destino de verbas emergenciais para o aumento do acesso à internet tanto para alunos quanto professores da rede pública de ensino, não considerando o cenário delicado de dificuldade e desigualdade tanto em termos de infraestrutura quanto de conectividade que estudantes e professores estão inseridos, escancarando o descaso com a educação no Brasil. Esse veto foi derrubado pelo Congresso (UNDIME, 2021).

Um estudo feito pelo Laboratório de Dados Educacionais (LDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020) aponta para problemas de infraestrutura nas escolas públicas que vão além da falta de acesso à internet. De acordo com os dados coletados do Censo Escolar da Educação Básica em março de 2020, houve um aumento no número de escolas públicas sem banheiro e internet banda larga entre 2019 e 2020. Além disso, os pesquisadores consideraram a ausência de coleta de esgoto, abastecimento de água potável e fornecimento de energia elétrica, barreiras à retomada de professores e alunos ao ambiente de sala de aula. A falta de medidas e investimentos que garantam condições básicas de infraestrutura, permanência e acesso para os estudantes inviabiliza um retorno seguro às escolas e negligencia o direito à educação, gerando cada vez mais exclusão escolar.

O Ministério da Educação (MEC) deve apoiar os estados e municípios a fim de reverter o cenário desastroso dos prejuízos causados à educação tanto pela pandemia

quanto pela inação do governo federal, para que seja garantido um retorno seguro às escolas e uma educação à distância de qualidade com conectividade para os estudantes, especialmente para os que se encontram em situação de vulnerabilidade e com maior risco de evasão escolar (*Human Rights Watch*, 2021).

A educação é, sem dúvidas, uma das pastas mais atingidas pela inação e omissão das autoridades competentes. Se faz cada vez mais urgente a construção de medidas de defesa à educação e enfrentamento das consequências da pandemia no Brasil. Comprometimento com a educação, articulação entre políticas públicas, especialmente aquelas que visam minimizar as desigualdades, entrega de material adequado para os estudantes, investimento em infraestrutura, inclusão digital, combate à evasão, são alguns dos esforços urgentes para garantir o acesso à educação de qualidade para todos tanto durante quanto após a pandemia da COVID-19.

AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES E DEBATE COM A LITERATURA SOCIOLÓGICA

O Brasil é um país profundamente desigual em todos os aspectos. Existe uma pequena parcela da população que está inserida no topo da cadeia de distribuição de renda e conta com acesso aos melhores recursos enquanto a maior parte da população se encontra em situação de vulnerabilidade e pobreza.

Não há dúvidas de que a pandemia da COVID-19 escancarou diversos problemas existentes na estrutura do sistema educacional brasileiro e tende a ampliar a desigualdade educacional, trazendo incerteza quanto ao futuro de milhares de crianças e jovens.

No ambiente educacional a desigualdade afeta os indivíduos mais vulneráveis à medida que não oferece a todos oportunidades iguais, afetando assim as chances de realização educacional e, conseqüentemente, profissional. Essa condição se dá tanto pelas características individuais como raça, gênero e classe social como por característica propriamente da instituição escolar.

Para compreender o cenário de desigualdade educacional e de oportunidades, partindo da teoria de estratificação educacional, se faz necessário observar a origem social do indivíduo, considerando os recursos disponíveis a ele.

Indivíduos que possuem maior capital econômico, tendem a possuir melhor condição de moradia, contam com um ambiente mais equipado e estruturado que propicia melhor dedicação aos estudos garantindo avanço no processo educacional daquela criança

ou adolescente. Bem como aqueles que dispõem de capital cultural, que configura o nível de educação daqueles que compõem o ambiente familiar do aluno e, também, o nível de consumo cultural desses adultos como, por exemplo, livros e outros bens simbólicos. Por fim, o capital social que consiste na relação entre as crianças e os adultos dentro da estrutura familiar, por exemplo, a atenção oferecida à criança que se faz fundamental e também contribui para uma melhor socialização e, conseqüentemente, desempenho escolar, principalmente no atual contexto pandêmico (Hasenbalg e Silva, 2002).

Considerando as famílias mais vulneráveis que não possuem os aparatos acima citados, a dificuldade das crianças e jovens alcançarem maiores níveis educacionais e melhor desempenho aumenta, principalmente no contexto pandêmico, no qual o nível de aprendizagem desses estudantes diminuiu. Por outro lado, famílias em condições privilegiadas proporcionam melhores condições para seus filhos ainda que o cenário atual seja desfavorável à educação como um todo.

De acordo com um levantamento de pesquisas internacionais feito pela FGV EESP Clear (2020), foi observado em um cenário de interrupção das aulas em virtude de férias ou nevascas, que alunos da educação básica inicial foram os mais afetados, bem como alunos socioeconomicamente vulneráveis. Além disso, houve um prejuízo no aprendizado desses alunos, especialmente em matemática.

A partir de uma simulação feita pela fundação para medir as conseqüências causadas pela pandemia no sistema educacional, considerando tempo de interrupção das aulas, aprendizado em um ano típico e eventual aprendizado durante o ensino remoto, os resultados revelam que, alunos do ensino médio dedicam mais horas ao ensino remoto que alunos do ensino fundamental 2. Embora, os primeiros corram um risco maior de evasão. Essa simulação também foi feita considerando a variação entre regiões e o resultado aponta para um cenário de desigualdade regional, no qual alunos do Norte e Nordeste terão mais perdas no aprendizado durante a pandemia do que alunos do Sul e Sudeste. Por último, foi feita a simulação considerando características pessoais como raça/cor, sexo e escolaridade da mãe e os resultados apontam para um prejuízo maior para os homens, não declarados brancos e com mães com nível baixo de escolaridade como ensino fundamental incompleto e até sem instrução (FGV EESP Clear, 2020).

Os impactos da desigualdade educacional no ensino básico não serão sentidos somente no atual contexto ao qual estamos inseridos, mas também a longo prazo, pois dificultam o acesso ao ensino superior e prejudicam as oportunidades de inserção no

mercado de trabalho daqueles que estão mais vulneráveis e enfrentam mais desafios para se manter nas escolas.

Nos últimos cinquenta anos, a origem social dos jovens brasileiros tem estabelecido, de forma significativa, as probabilidades de ingresso e seu desenvolvimento na educação como um todo, moduladas por características como raça/cor e sexo do indivíduo. Nesse recorte temporal, o Brasil vivenciou consideráveis modificações em sua estrutura socioeconômica. Como exemplos, a economia brasileira deixou de ser essencialmente rural para uma economia centrada no meio urbano e com maior presença de indústrias e grande parte de sua população migrou das zonas rurais para os principais centros urbanos, mudando as conformações e relações da sociedade com suas demandas. Ainda, mulheres foram, aos poucos e cada vez mais, obtendo espaço no mercado de trabalho, mesmo que não completamente e, assim, houve uma grande expansão dos sistemas públicos de promoção à educação básica.

O estudo desenvolvido por Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) sobre os modelos de estratificação educacional de jovens brasileiros em um recorte temporal de 1960 a 2010 demonstrou que, apesar da evolução observada no sistema educacional brasileiro, principalmente em seus elementos de ensino com novas estruturas e diretrizes, o acesso, modulado por diferentes variáveis sociais, ainda apresenta uma grande desigualdade. Dessa forma, concluem que ainda há muito o que se evoluir, especialmente considerando as desigualdades persistentes no interior do sistema. O estudo percebeu uma defasagem mista, na qual não houve uma evolução em todos os níveis de ensino e nem relacionadas a todas as características sociais analisadas. Assim, nos últimos cinquenta anos no Brasil, houve diminuição da desigualdade de oportunidades educacionais nos níveis educacionais básicos, persistência das desigualdades no nível médio e aumento da desigualdade no nível superior.

O trabalho analisado confirma um descompasso na evolução do acesso dentro de camadas sociais e até mesmo internamente a elas. Ao lançarmos luz aos dados colhidos, referentes aos primeiros anos de ensino básico, o padrão de desigualdades persistentes mantém-se, mesmo frente a uma análise da expansão do sistema educacional no país. O estudo utilizou como variáveis atributos como sexo, cor, situação de residência, composição familiar, renda e escolaridade materna para, assim, determinar seus principais pontos de atenção desde os primeiros anos da educação básica até a transição do acesso do nível médio ao superior.

Quando se analisa a relação da idade e o desenvolvimento educacional dos jovens, ou seja, a quantidade de anos cursados no ensino brasileiro, percebemos que a distorção entre a idade dos indivíduos e seu nível educacional tende a ser menor à medida que eles crescem e avançam no ensino. Assim sendo, as séries mais fundamentais do ensino básico apresentam maior discrepância com a idade dos jovens que as cursam. Os dados do censo demográfico de 1950-2010 demonstram que, para a finalização dos quatro anos iniciais de estudos, ou seja, o primeiro nível básico da educação, a variável sexo impactava significativamente as possibilidades de que um jovem completasse essa fase de estudo antes dos 16 anos. O efeito estimado indicou que as chances de as mulheres completarem 4 anos de estudos eram, aproximadamente, 20% maiores do que as dos homens, tendência que se acentuou entre 1960 e 2010 para as chances de completar 4 anos de estudo até os 15 anos.

Ainda sobre os primeiros anos do ensino básico, quando o estudo compara grupos raciais, evidencia-se que a desigualdade de oportunidades para o acesso e desenvolvimento da educação entre jovens autodeclarados pardos, pretos e brancos se mantém durante todo o período do estudo e pode ser considerada umas das características definidoras do quadro de estratificação educacional brasileiro, ainda que essa desigualdade tenha diminuído significativamente desde o início da série histórica. Assim, torna-se um ponto de atenção na busca por políticas públicas de inclusão e resgate desses jovens, a fim de aumentar o acesso e a permanência dos grupos desprivilegiados pela sociedade no sistema educacional.

Quanto às características familiares, também relativas aos primeiros anos de estudos, foram demonstrados dados interessantes. Primogênitos apresentam maior expectativa de escolaridade em todo o período estudado. Famílias biparentais apresentavam vantagens em relação às famílias monoparentais no que diz respeito à escolaridade dos filhos. A partir dos anos 2000, esse efeito diminuiu, o que demonstra uma queda de influência dessas relações familiares na progressão educacional dos filhos. Ainda, o efeito da renda domiciliar per capita para a progressão educacional de crianças e jovens diminuiu no período estudado. O que sugere que a finalização dos primeiros anos de estudo esteve cada vez menos condicionada aos níveis de renda familiar, decorrência da expansão do acesso público aos níveis elementares de ensino.

O estudo continuou avançando em análises que apresentaram os efeitos dos fatores sociais para a conclusão de ao menos 8 anos de estudo, o que representa a conclusão do ensino fundamental. Os resultados apontaram que o fator cor/raça mantém-

se persistente até a virada do milênio, tendo uma queda quando comparados indivíduos autodeclarados brancos e pardos. Porém, a desigualdade é persistente em todo o período amostral entre brancos e autodeclarados negros. Quanto à desigualdade condicionada pela renda familiar, por outro lado, o estudo demonstra um decréscimo geral e evidencia que a conclusão do ensino fundamental está crescentemente desvinculada do nível de renda domiciliar, o que indica bons efeitos de políticas públicas para esse nível de ensino.

Quanto à conclusão do Ensino Médio, as desigualdades continuam semelhantes aos padrões referidos aos primeiros anos de ensino, sendo que alguns efeitos são reforçados. Mulheres continuam sendo o gênero com maiores probabilidades de concluir os estudos. Quanto às relações familiares, a partir de 1991, primogênitos possuem maiores chances de conclusão dos estudos, o que sinaliza uma prioridade para filhos mais velhos na escolha dos investimentos educacionais de famílias de baixa renda, para progressão do nível de escolarização. Quanto ao pertencimento racial, apesar de pequeno declínio quando consideramos os padrões observados no começo da análise, continua-se percebendo que, tanto pardos quanto pretos tem menor probabilidade de conclusão do Ensino Médio ao comparar as possibilidades de indivíduos brancos.

Menezes Filho e Kirschbaum (2015) contribuem para o debate sobre as desigualdades sociais no Brasil e sua influência na educação básica. Os autores pontuam que apesar da escolaridade influenciar o nível de desigualdade entre os diferentes estratos sociais, outros fatores devem ser considerados para a compreensão de sua ocorrência e magnitude. Na pesquisa citada, a desigualdade é mensurada, principalmente, pelo fator renda que busca identificar a relação entre a quantidade de anos de estudos com o nível médio de renda dos indivíduos.

É importante notar que o estudo desenvolvido pelos autores se baseia em, além de dar mais subsídios que compreendam a relação entre graus de escolaridade da sociedade e desenvolvimento social, métricas que buscam definir melhor as principais causas e consequências dessa desigualdade, através da renda. Para tal, avalia indicadores que demonstrem a necessidade relativa de demanda e a oferta dos serviços na sociedade analisada, quando comparados grupos distintos de trabalhadores, com diferentes níveis de escolaridade. É importante notar que a desigualdade de renda não depende somente de diferentes valores salariais oferecidos, mas da desigualdade de níveis de educação e também todos os outros fatores socioeconômicos intrínsecos a ela.

O trabalho explica que o processo de desenvolvimento econômico de uma sociedade primeiro desencadeia um aumento agudo na desigualdade de renda de seus

indivíduos, uma vez que processos de industrialização, por exemplo, buscam por profissionais mais capacitados e especializados, com maior nível de escolaridade. Perspectiva de clara inspiração da escola funcionalista e da modernização. Em países em desenvolvimento, essa oferta é essencialmente limitada. Essa desigualdade desencadeada por um processo de desenvolvimento socioeconômico, e marcada pela diferença de escolaridade faz com que a demanda por trabalhadores altamente qualificados seja maior do que a oferta, levando a um aumento de salários, o que provoca um desequilíbrio, quando comparado aos com menor nível de instrução. Ainda, segundo Goldin e Katz (2008) embasam essa percepção nesse artigo, corroborando que “os diferenciais de salários por educação no mercado de trabalho são resultado de uma corrida entre educação e tecnologia” e acabam por desfavorecer os menos escolarizados.

Essas modificações estruturais na educação de um país são importantes a fim de explicitar a evolução da sociedade ao longo do tempo. Percebe-se que, com a educação, além de criar impacto positivo para os mais escolarizados no mercado de trabalho, pode afetar outros índices e fatores sociais, como fecundidade, criminalidade, cidadania e consciência ecológica e desenvolver a sociedade como um todo, não somente em níveis de renda. Foi demonstrado, de forma geral, com a pesquisa de Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015), que a educação básica conquistou melhoras progressivas nos seus níveis de acesso e desenvolvimento, entretanto, esse avanço não foi compartilhado da mesma maneira por todos os grupos sociais. Embora características de origem socioeconômicas, como a classe do indivíduo, tenham perdido influência para definir a conclusão ou não do ensino fundamental, outros marcadores se mostram persistentes para a conformação da desigualdade educacional brasileira, principalmente, considerando o recorte de cor e raça cuja influência mantém-se estagnada ao longo de cinco décadas de análise e, portanto, se justificam como focos de atenção de políticas públicas.

Alves e Soares (2003) corroboram essa questão em seu artigo ao analisarem as desigualdades de desempenho escolar dos alunos na educação básica tendo em vista o efeito de variáveis como raça, nível socioeconômico, estrutura escolar e outras condições que a elas se associam. As análises apontam resultados previamente esperados. Como exemplo, diferenças no desenvolvimento escolar quando os alunos são divididos entre grupos raciais, explicitando que os fatores considerados e as variáveis utilizadas demonstram uma desigualdade menor quando analisados alunos brancos e pardos, diferentemente do cenário observado entre brancos e negros. Assim, tais dados obtidos através de modelos estatísticos de regressão reforçam as conclusões obtidas nas análises

observadas anteriormente sobre a persistência da desigualdade racial no sistema educacional brasileiro e a necessidade de se pensar e formular políticas públicas educacionais com atenção a todas as desigualdades que persistem ao longo dos anos.

MÉTODOS E DADOS

O método de pesquisa quantitativa, estratégia metodológica utilizada para elaborar esta pesquisa, utiliza uma abordagem científica que mobiliza dados coletados, primariamente ou secundariamente, que, posteriormente, são analisados estatisticamente.

Muitas são as etapas importantes para a construção de uma pesquisa quantitativa, mas é necessário destacar a importância da teoria no processo de sua construção. Como posto em Lima (2016) a teoria auxilia na compreensão de questões, coleta de dados e nos pressupostos da investigação. Sendo assim, pode-se dizer que os métodos e as teorias se complementam, tendo em vista que o primeiro é responsável por viabilizar a testagem das hipóteses que são construídas ao longo da pesquisa com bases nessas teorias.

É importante notar, também, a importância da teoria como um dos cuidados necessários para que a pesquisa quantitativa não seja comprometida, considerando que esta contribui para a redução ou eliminação dos vieses do pesquisador, evitando uma possível influência baseada em experiências pessoais ou formas de pensar nos resultados da pesquisa.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma fonte de dados secundária (Lima, 2016), ou seja, a partir de um conjunto de informações já coletadas anteriormente para diferentes fins. A base de dados trata-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Covid-19, que tem como base a PNAD Contínua, ambas formuladas pelo IBGE, sendo a primeira adaptada para mensurar os impactos causados pela pandemia no mercado de trabalho, estimando o número de pessoas com os sintomas da doença e monitorando indicadores socioeconômicos durante o período pandêmico. A PNAD Covid-19 trata-se de uma pesquisa que abrangeu todo território nacional, realizada por contato telefônico, com periodicidade semanal e mensal até o fim da pesquisa (novembro 2020) e totalizando 193 mil domicílios entrevistados por mês.

O problema de pesquisa construído neste estudo se desenvolveu a partir da identificação dos aspectos sociais já estabelecidos e agravados no contexto pandêmico, com ênfase no âmbito educacional. Para responder à questão levantada pelo artigo “como características socioeconômicas afetam a realização de atividades escolares na

pandemia?” foram utilizadas duas perguntas de interesse, que são, se a criança/jovem recebeu ou não atividades escolares e quais foram as horas dedicadas à essas atividades.

O RStudio, software utilizado na presente pesquisa, foi fundamental na análise dos dados e tabelas que serão apresentados na seção seguinte. O programa reúne um conjunto de ferramentas que permite ao usuário e pesquisador a manipulação e visualização de grandes dados, criação de scripts para análises e, no caso do presente trabalho, possibilita a realização de uma análise estatística descritiva.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi utilizado, através do software RStudio, o pacote “COVIDIBGE” para a manipulação dos dados da PNAD Covid-19, necessário para expandir ao nível populacional os dados da amostra. Ainda, foram analisadas as seguintes variáveis: raça, sexo, recebeu auxílio cruzadas com as variáveis horas dedicadas e recebeu atividade escolar, com foco entre crianças e jovens de 6 a 14 anos de idade da região metropolitana do Rio de Janeiro. É importante destacar que a variável recebeu auxílio indica se alguém do domicílio recebeu o auxílio emergencial durante o período analisado. O benefício foi criado em abril de 2020 com o intuito de reduzir os impactos sociais e econômicos causados pela pandemia.

RESULTADOS

A tabela 1 nos apresenta os seguintes resultados: 81,8 % dos indivíduos brancos receberam atividade escolar durante o período analisado independente de terem realizado ou não, enquanto pardos correspondem ao percentual de 78,3% e pretos 75,4%. Dos brancos, 9,8 % não receberam atividade escolar enquanto 15,4% e 18,1% são de pardos e pretos que também não receberam, respectivamente. Esses dados revelam uma diferença quando comparado indivíduos brancos com pardos e pretos, demonstrando que a raça influencia nas chances de os alunos receberem ou não atividades escolares durante a pandemia.

Tabela 1 – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis raça e recebeu atividade escolar de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos, (Rio de Janeiro, 2021).

<i>Raça</i>	<i>Recebeu Atividade</i>	<i>Proporção</i>	<i>Total</i>
Branca	Sim, e realizou pelo menos parte delas	80,1 %	723169
Branca	Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)	1,7 %	14984

Branca	Não	9,8 %	88348
Branca	Não, porque estava de férias	0,5 %	4627
Branca	Não informado	7,9 %	71452
Parda	Sim, e realizou pelo menos parte delas	75,5 %	688021
Parda	Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)	2,8 %	25198
Parda	Não	15,4 %	140281
Parda	Não, porque estava de férias	0,7 %	6485
Parda	Não informado	5,7 %	51602
Preta	Sim, e realizou pelo menos parte delas	74,1 %	152305
Preta	Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)	1,3 %	2679
Preta	Não	18,1 %	37119
Preta	Não, porque estava de férias	0,4 %	850
Preta	Não informado	6,1 %	12574
Não informado	Sim, e realizou pelo menos parte delas	86,9 %	4072
Não informado	Não	13,1 %	611

Fonte: Pnad-Covid, elaboração própria.

A tabela 2 ilustra que o percentual de crianças e pré-adolescentes do sexo masculino e feminino que receberam atividades escolares, não apresenta uma diferença significativa. Meninos que receberam atividades, independente de terem realizado ou não, representam 79,3% enquanto meninas 79,8%.

Tabela 2 – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis sexo e recebeu atividade escolar de crianças e pré-adolescente de 6 a 14 anos, (Rio de Janeiro, 2021).

<i>Sexo</i>	<i>Recebeu Atividade</i>	<i>Proporção</i>	<i>Total</i>
Homem	Sim, e realizou pelo menos parte delas	77,7 %	806772
Homem	Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)	1,6 %	16994
Homem	Não	12,7 %	132087
Homem	Não, porque estava de férias	0,7 %	6861

Mulher	Sim, e realizou pelo menos parte delas	77,2 %	760795
Mulher	Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)	2,6 %	25866
Mulher	Não	13,6 %	134273
Mulher	Não, porque estava de férias	0,5 %	5100

Fonte: Pnad-Covid, elaboração própria.

A tabela 3 indica uma diferença importante quanto ter ou não recebido atividades escolares entre crianças e pré-adolescentes residentes de domicílio onde ao menos uma pessoa recebeu auxílio emergencial e àquelas onde ninguém do domicílio recebeu o benefício. Enquanto 76,8% das pessoas de 06-14, residentes em domicílio beneficiado pelo auxílio emergencial receberam atividades escolares, 82,2% das crianças e pré-adolescentes, residentes em domicílios sem pessoas atendidas pelo auxílio emergencial, receberam atividades. Evidência que pode demonstrar que as características econômicas do indivíduo influenciam no recebimento de atividades escolares durante o contexto pandêmico analisado.

Tabela 3 – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis recebeu auxílio e recebeu atividade escolar de crianças e pré-adolescente de 6 a 14 anos, (Rio de Janeiro, 2021).

<i>Recebeu Auxílio</i>	<i>Recebeu Atividade</i>	<i>Proporção</i>	<i>Total</i>
Sim	Sim, e realizou pelo menos parte delas	74,4 %	744371
Sim	Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)	2,4 %	24177
Sim	Não	17,3 %	173083
Sim	Não, porque estava de férias	0,5 %	4611
Sim	Não informado	5,4 %	53809
Não	Sim, e realizou pelo menos parte delas	80,4 %	823196
Não	Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)	1,8 %	18683
Não	Não	9,1 %	93276

Não	Não, porque estava de férias	0,7 %	7350
Não	Não informado	8 %	81820

Fonte: Pnad-Covid, elaboração própria.

Ao analisarmos a tabela 4 percebe-se que, crianças e pré-adolescentes brancos apresentam vantagem em relação as crianças e pré-adolescentes pardos e pretos na quantidade de horas dedicadas às atividades escolares no contexto pandêmico. Enquanto 46,7% dos brancos dedicam entre 2 e 5 horas à realização de atividades, 36,2% dos pardos e 40,5% dos pretos dedicam o mesmo tempo.

Os que dedicam 5 horas ou mais configuram 5,4% dos brancos, 3,2% dos pardos e 1,6% dos pretos. Estes percentuais observados reforçam o que já foi demonstrado na seção discussão deste artigo sobre as distinções que se operam ao longo dos anos entre alunos de diferentes grupos de cor ou raça, especialmente entre brancos e pretos, assim como abordado no estudo de Alves e Soares (2003).

Tabela 4 – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis raça e horas dedicadas às atividades escolares de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos, (Rio de Janeiro, 2021).

<i>Raça</i>	<i>Horas dedicadas</i>	<i>Proporção</i>	<i>Total</i>
Branca	Menos de 1 hora	2,2 %	20282
Branca	De 1 hora a menos de 2 horas	25,7 %	232408
Branca	De 2 horas a menos de 5 horas	46,7 %	421897
Branca	5 horas ou mais	5,4 %	48583
Branca	Não informado	19,9 %	179411
Parda	Menos de 1 hora	1,9 %	17041
Parda	De 1 hora a menos de 2 horas	34,2 %	311816
Parda	De 2 horas a menos de 5 horas	36,2 %	329895
Parda	5 horas ou mais	3,2 %	29269
Parda	Não informado	24,5 %	223566

Preta	Menos de 1 hora	2,2 %	4431
Preta	De 1 hora a menos de 2 horas	29,9 %	61390
Preta	De 2 horas a menos de 5 horas	40,5 %	83169
Preta	5 horas ou mais	1,6 %	3316
Preta	Não informado	25,9 %	53222
Não informado	Menos de 1 hora	11,3 %	528
Não informado	De 1 hora a menos de 2 horas	64,2 %	3008
Não informado	De 2 horas a menos de 5 horas	11,4 %	536
Não informado	Não informado	13,1 %	611

Fonte: Pnad-Covid, elaboração própria.

A tabela 5, que traz resultados do cruzamento da variável sexo e horas dedicadas, aponta para uma pequena diferença entre meninos e meninas no que diz respeito às horas dedicadas às atividades escolares. Das meninas, 41,7% dedicam entre 2 e 5 horas às atividades escolares, enquanto os meninos, para esse mesmo tempo, representam 40,8%. O mesmo vale para a dedicação de 5 horas ou mais, onde meninas representam 4,1% e meninos 3,9%.

Tabela 5 – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis sexo e horas dedicadas às atividades escolares de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos, (Rio de Janeiro, 2021).

<i>Sexo</i>	<i>Horas dedicadas</i>	<i>Proporção</i>	<i>Total</i>
Homem	Menos de 1 hora	2,2 %	22624
Homem	De 1 hora a menos de 2 horas	30,7 %	318993
Homem	De 2 horas a menos de 5 horas	40,8 %	424170
Homem	5 horas ou mais	3,9 %	40985
Homem	Não informado	22,3 %	232200
Mulher	Menos de 1 hora	2 %	19658
Mulher	De 1 hora a menos de 2 horas	29,4 %	289628

Mulher	De 2 horas a menos de 5 horas	41,7 %	411326
Mulher	5 horas ou mais	4,1 %	40183
Mulher	Não informado	22,8 %	224609

Fonte: Pnad-Covid, elaboração própria.

A tabela 6, a última analisada neste trabalho, aponta uma diferença quanto as horas dedicadas às atividades escolares entre crianças e pré-adolescentes residentes de domicílios onde ao menos uma pessoa recebeu o auxílio emergencial e àquelas onde ninguém do domicílio recebeu o benefício. Enquanto 37,5% das pessoas de 06-14, residentes em domicílio beneficiado pelo auxílio emergencial, dedicaram entre 2 e, no máximo, 5 horas às atividades escolares, 44,9 % das crianças e pré-adolescentes residentes em domicílios sem pessoas atendidas pelo auxílio emergencial, dedicaram o mesmo tempo. Crianças e pré-adolescentes residentes em domicílios onde ao menos uma pessoa recebeu o auxílio e que dedicaram 5 horas ou mais às atividades representam 2,9%, enquanto àquelas residentes em domicílios sem pessoas atendidas pelo auxílio emergencial e que dedicaram o mesmo tempo, representam 5,1%. Estas diferenças demonstram que as desigualdades econômicas influenciaram na quantidade de horas dedicadas às atividades escolares entre crianças e pré-adolescentes durante a pandemia.

Tabela 6 – Número absoluto e percentual do cruzamento das variáveis recebeu auxílio e horas dedicadas às atividades escolares de crianças e pré-adolescentes de 6 a 14 anos, (Rio de Janeiro, 2021).

<i>Recebeu Auxílio</i>	<i>Horas dedicadas</i>	<i>Proporção</i>	<i>Total</i>
Sim	Menos de 1 hora	2,7 %	26581
Sim	De 1 hora a menos de 2 horas	31,4 %	313813
Sim	De 2 horas a menos de 5 horas	37,5 %	375192
Sim	5 horas ou mais	2,9 %	28785
Sim	Não informado	25,6 %	255680
Não	Menos de 1 hora	1,5 %	15701
Não	De 1 hora a menos de 2 horas	28,8 %	294809

Não	De 2 horas a menos de 5 horas	44,9 %	460304
Não	5 horas ou mais	5,1 %	52383
Não	Não informado	19,6 %	201129

Fonte: Pnad-Covid, elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas todas as questões abordadas e resultados encontrados no presente artigo, fica explícita a complexidade da situação do sistema educacional brasileiro, com ênfase no nível básico, no cenário pandêmico.

Com o fechamento das escolas, a maioria dos estudantes dependeram da entrega de materiais e aulas remotas para conseguirem dar prosseguimento aos estudos dentro de suas próprias residências. Entretanto, de acordo com o que foi discutido e observado nas análises feitas ao longo deste artigo, existem fatores determinantes para a realização ou não das atividades propostas durante o período de crise sanitária e distanciamento social, bem como para a quantidade de horas que esses estudantes dedicam às atividades, quando as recebem. Estes fatores demonstram, sobretudo, as distinções que se operam entre estudantes de diferentes classes sociais e grupos de cor ou raça. A desigualdade educacional observada entre os sexos não se mostrou relevante para a faixa etária analisada.

Os dados observados neste artigo apontaram uma diferença relevante no recebimento e nas horas dedicadas para a realização de atividades de modalidade remota entre crianças e pré-adolescentes brancos, pardos e pretos e entre aqueles residentes em domicílios onde ao menos uma pessoa recebeu, ou não, o auxílio emergencial. Os resultados reforçam as discussões levantadas neste artigo e observadas na literatura sociológica utilizada para sua construção.

O fator cor/raça influi no recebimento e realização das atividades e ilustra as diferenças de condições existentes entre a população branca e preta no país, especialmente no que diz respeito às desigualdades raciais no sistema educacional brasileiro. Os dados permitiram, também, observar as desigualdades de realização das atividades escolares entre aqueles que receberam ou não o benefício do auxílio emergencial, medida que teve como objetivo mitigar os impactos causados pela pandemia para a população socioeconomicamente vulnerável.

Os resultados aqui obtidos evidenciam a manutenção das desigualdades estruturais existentes dentro da sociedade como um todo e, especialmente, dentro do universo educacional brasileiro e que, com o advento da pandemia, foram exacerbadas.

Percebe-se, através das informações contidas neste artigo que, apesar de alguns avanços no âmbito educacional ao longo dos anos, a desigualdade educacional ainda perdura no Brasil e tende a se acirrar devido à crise sanitária. Portanto, deve continuar sendo um objeto de estudo, análise e políticas públicas que norteiem seus avanços em direção a um sistema mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

EDUCACAOECORONAVIRUS.COM.BR. Levantamento das respostas de órgãos federais e estaduais à pandemia do Coronavírus no âmbito da educação básica. Disponível em: <https://educacaoecoronavirus.com.br/>. Acesso em: 08 set. 2021.

ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS /CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA O BRASIL E A ÁFRICA LUSÓFONA (FGV EESP CLEAR). Perda de aprendizado no Brasil durante a pandemia de covid-19 e o avanço da desigualdade educacional. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://fundacaoemann.org.br/storage/materials/e828oun5zDAh6bqCMcplmqKz1VsD5Tr3jTgecYXd.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

GOLDIN, Claudia; KATZ, Lawrence F. The race between education and technology: The evolution of US educational wage differentials, 1890 to 2005. 2008.

HRW.ORG/PT/NEWS/2021/06/11/378937. Brasil: Fracasso na Resposta à Emergência Educacional. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/06/11/378937>. Acesso em: 08 set. 2021.

LIMA, Márcia. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. São Paulo, SESC/CEBRAP, p. 10-31, 2016.

MENEZES FILHO, Naercio; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e desigualdade no Brasil. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos*, v. 50, p. 309-34, 2015.

OLIVEIRA, Elida. In: G1. Educação. **Cresce número de escolas públicas sem banheiro e internet banda larga; 35,8 mil não têm coleta de esgoto**. 2021. [On-line]. Disponível: <https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/03/21/cresce-numero-de-escolas-publicas-sem-banheiro-e-internet-banda-larga-coleta-de-esgoto-nao-chega-a-358-mil-predios-escolares.ghtml> Acesso em: 08 de setembro de 2021.

RIBEIRO, C. A. C.; CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, M. (Org.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015. p.79-108.

RJ.UNDIME.ORG.BR: Congresso derruba veto e confirma R\$ 3,5 bi para internet de alunos e professores da rede pública. Disponível em: <https://rj.undime.org.br/noticia/01-06-2021-20-20-congresso-derruba-veto-e-confirma-r-35-bi-para-internet-de-alunos-e-professores-da-rede-publica>. Acesso em: 08 set. 2021.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Recursos familiares e transições educacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. S67-S76, 2002. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v18s0/13794.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JDpHpqdd5J57TxPhXW8mLcg/abstract/?lang=p>. Acesso em: 08 set. 2021.

UNESCO.United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Reopening schools in Latin America and the Caribbean. Key points, Challenges and dilemmas to

plan a safe return to in-person classes: Report. Santiago, CH. 2021 [on-line]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375059_eng. Acesso em: 08 set. 2021.

UNICEF. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: Reprovação, abandono e distorção idade-série. UNICEF: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar>. Acesso em: 08 set. 2021.